

A FORMAÇÃO CRÍTICA NO ENSINO DE PROJETO NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

LA FORMACIÓN CRÍTICA EN LA ENSEÑANZA DE PROYECTO EN EL CAMPO DEL PATRIMONIO CULTURAL

THE APPROACH OF THE CRITICS ON THE ARCHITECTURAL PROJECT TEACHING AT THE CULTURAL HERITAGE FIELD

EIXO 2 – O lugar da teoria, da crítica e da história no projeto

Flavio de Lemos Carsalade

Doutor, Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG

Resumo: O artigo procura identificar a importância da formação crítica e da cultura arquitetônica no ensino de projeto aplicado ao campo do patrimônio cultural, buscando superar o pseudo cientificismo e a excessiva atenção na matéria, os quais têm caracterizado o tema.

Palavras-chave: Ensino de Projeto no Patrimônio Cultural. Patrimônio Cultural. Crítica arquitetônica.

Resumen: *El artículo busca identificar la importancia de la formación crítica y de la cultura arquitectónica en la enseñanza del proyecto en el campo de patrimonio cultural en la tentativa de superación de un falso cientificismo y de la excesiva atención en la materia, los cuales tienen caracterizado la temática.*

Palabras-clave: *Enseñanza de proyecto arquitectónico en el patrimonio cultural. Patrimonio cultural. Crítica arquitectónica.*

Abstract: *The article tries to identify the importance of the formation on architectural critics and culture at the projects applied to the cultural heritage field, trying to go beyond the pseudo scientific approach and the excessive aim on matter that have been characterized the issue.*

Keywords: *Architectural project teaching in the cultural heritage field. Cultural heritage. Architectural critics.*

O campo do Patrimônio Cultural tem se apresentado cada vez mais interessante ao estudante de arquitetura, que nele vê possibilidades de atuação muito instigantes, quer pela demanda do mercado de trabalho, quer pelo apelo cultural, nos desafios que ele apresenta. Da mesma forma que o projeto de intervenção em contextos notáveis ou protegidos é um caso especial do projeto arquitetônico, com abordagens específicas e um rol de habilidades e competências também especial, o seu ensino enseja certas especialidades que não se restringem apenas a um leque de

informações complementares ou às informações dadas isoladamente nas disciplinas de "técnicas retrospectivas", conforme exigência das diretrizes curriculares.

Em um primeiro exame, entretanto, a questão básica quanto ao projeto arquitetônico no campo patrimonial parece ser a mesma dos demais projetos arquitetônicos. Inicialmente, como em qualquer projeto, se trata sempre de intervenções em realidades pré-existentes, onde também se impõe o respeito ao contexto no qual se insere o problema arquitetural, fazendo com que as considerações quanto a modos de intervir nessa realidade sejam fundamentais em um caso ou outro. A ideia de *tabula rasa*, a atitude de desconhecimento, proposital ou não dos fatores territoriais e locacionais, dos envolventes socioeconômicos e culturais que condicionam ou determinam o projeto não é mais aceitável. O projeto arquitetônico, como o compreendemos hoje, é, na realidade, uma resposta do profissional a um problema físico-espacial que a sociedade lhe apresenta e que espera ser respondido em sua totalidade sob pena de uma parcialidade ineficaz ou, na pior das hipóteses, de sua inviabilidade. A expressão projetual é a síntese, no espaço, das soluções aos problemas trazidos pelas necessidades das instituições *dentro da vida*, isto é, profundamente ligadas aos limites da realidade às oportunidades, ameaças, potencialidades e outros fatores que são, ao mesmo tempo, estimuladores da criatividade e coercitivos de soluções. Ademais, a capacidade crítica e a cultura arquitetônica são habilidades comuns tanto ao projeto convencional quanto ao projeto no campo patrimonial, duas vertentes do saber que sempre devem andar juntas para que a cultura não seja apenas informação, mas se transforme em efetiva competência. Se a cultura arquitetônica cria um repertório de possibilidades, a crítica lhes indica a pertinência e ambas são necessárias para o fazer profissional. Falamos assim de uma cultura e uma crítica que sejam não apenas de um acervo de conhecimento de obras e soluções, mas uma capacidade de compreensão dos fundamentos arquiteturais¹ e do entendimento de como se processam as articulações dos elementos projetados. No caso dos projetos em conjuntos notáveis protegidos, sejam eles espaços urbanos ou edifícios, um entendimento da ordem e linguagem arquitetônicas pré-existentes torna-se fundamental. Convém notar que nos casos de lotes vagos ou de novos espaços urbanos, as articulações pré-

¹ O que chamamos aqui de "fundamentos arquiteturais" são aqueles elementos básicos na ação projetual, presentes na ordem e na linguagem arquitetônica, tais como os pares "estar-circular", "público-privado", "forma envolvente-espaco interior (coberto ou não)", espaços internos e externos", dentre outros.

existentes se referem ao contexto onde se insere a nova obra, mas no caso patrimonial, elas se encontram estabelecidas no próprio *interior* da intervenção e não apenas envoltória a ela, a influenciar as soluções *desde fora*.

Essas duas considerações sobre a natureza da tarefa arquitetônica em um e outro caso apontam as semelhanças, mas também já indicam caminhos sutis que as diferenciam. Essa sutileza talvez seja também o que parece distinguir outros fatores que são comuns aos projetos nos dois campos, mas que aparecem com força mais incisiva nas intervenções no patrimônio. A questão do tempo, é uma delas. Se não convém desconsideramos o tempo em projetos convencionais, naqueles que atinem ao patrimônio as considerações temporais são de outra ordem, afinal, um dos temas de maior dificuldade operacional no campo do patrimônio histórico-cultural diz respeito às intervenções que hoje fazemos no objeto de preservação, destinado a perdurar. A princípio, pode-se questionar que se, afinal de contas, o bem histórico é um objeto que nos chega do passado, por que nele intervir ou modificá-lo? Para responder a esta pergunta temos que compreender alguns pontos importantes, sabendo que o bem patrimonial é portador de uma mensagem do passado, mas que só tem sentido se for usufruído no presente.

A partir dessa constatação inicial, temos que compreender que a fruição do bem cultural a que nos referimos aqui não é apenas a de uma observação casual como se ele fosse apenas uma curiosidade vinda de outros tempos. Hans Georg Gadamer já nos indicava em sua hermenêutica de base fenomenológica que a função da arquitetura é "mediar o passado e o presente", na medida em que sua duração extrapola o tempo de uma geração e atinge diferentes tempos com diferentes necessidades e diferentes leituras do objeto arquitetônico. Na realidade, esse bem cultural, a par de sua formulação vinculada a determinadas necessidades de uso, assume também uma *função social* que é a de orientar as populações e o cidadão no tempo e no espaço, colocando cada um de nós como participantes de um grupo comunitário que compartilha de uma história comum e de um lugar próprio no mundo, conferindo-nos a sensação de pertencimento. Essa função social se completa na sua *função de orientação* exercida quando percorremos as nossas cidades, através dos marcos arquitetônicos, por exemplo, ou que nos referenciam quando fruímos a nossa cultura ou quando compartilhamos nossa memória comum. Faz parte ainda dessa função social a consolidação de uma identidade coletiva, a

qual faz reconhecer-nos como elos de uma comunidade e que estimula nossos laços afetivos e de cidadania. essas funções apontam para uma atitude projetual que muitas vezes não é compreendida pelo projetista e que, muitas vezes em sala de aula é reafirmada pelos professores que *sacralizam* o bem arquitetônico, promovendo a sua *mumificação*, o que vai na contramão da suas funções social, identitária ou de orientação, posto que quanto mais o bem servir à vida e com ela se integrar, mais essas funções serão exercidas. Portanto, para que o bem patrimonial possa exercer sua função mais ampla, ele tem que ser *acessível* e, para tanto, deve estar recuperado em sua potência.

É claro que ao preparamos o bem para sua fruição presente, na recuperação de sua presença, estamos nele intervindo. É este o momento em que surgem as perguntas sobre como fazemos essa intervenção e quais são os seus limites para que o bem não perca seu potencial de ligação com o passado e com a cultura. Estamos nos aproximando, portanto, de uma questão sobretudo ética porque se a preservação do patrimônio está fundada no respeito à pré-existência ela também diz respeito ao futuro, ou seja, versa sobre a nossa capacidade de ser hoje, mas também na de possibilitar as várias existências vindouras. Vamos examinar seus aspectos éticos, portanto, primeiro entendendo as dualidades que lhe são afetas e depois procurando entender como elas refletem no campo da preservação, procurando associá-las a práticas projetuais mais usuais.

O "CLIENTE" DO PROJETO DE INTERVENÇÃO EM BENS CULTURAIS

Ao se abordar a questão ética do projeto de intervenção em bens culturais, torna-se importante compreender que o "cliente" a quem o projeto visa atender não é apenas o proprietário ou os usuários imediatos, mas toda uma região e um tecido cultural que o envolve. É claro que poderia se objetar que isto seria da mesma maneira em qualquer projeto, dado o seu compromisso social e sua exposição permanente aos olhos do público, o que ajudaria a conformar a própria cidade e sua personalidade, mas, como indicamos anteriormente, as elaborações no campo patrimonial são mais sutis. Nestes casos, a questão ética pressupõe, antes de tudo, o reconhecimento mais incisivo da existência de um "outro", ou seja, de que vivemos em mundo relacional e social no qual não estamos sozinhos e onde, como diz a sabedoria

popular, “a nossa liberdade acaba quando começa a do outro”. Esse reconhecimento da alteridade nos leva a investigar dois conceitos correlatos: a *relatividade*, ou seja, a consciência de que nossos valores e modo de pensar podem não ser necessariamente os melhores e a *relação*, que diz respeito aos modos e limites de nossos encontros com o outro, seja ele um sujeito ou um objeto. Encarar essa dificuldade epistemológica pressupõe instrumentos formativos que não são usualmente considerados nos ateliers convencionais e muito menos no *corpus* tradicional das técnicas retrospectivas.

Para auxiliar na construção de uma pedagogia para nosso problema, vamos examinar a questão da relatividade de duas formas: sob o viés da *relatividade do ser na sociedade* e o da *relatividade do pensamento*. Para tanto, vamos buscar o auxílio de Piaget para o primeiro e de Gadamer, que já nos auxiliou anteriormente, para o segundo.

Quanto à relatividade do ser na sociedade, é básico associarmos o conceito de alteridade com outro muito importante: o da diversidade. Na realidade somos muitos e diferentes, e, em sendo assim e considerando que não há como dizer que um jeito de ser é melhor do que outro, temos que abrir espaço para que essas diferentes formas de ser se manifestem. Esse reconhecimento da diversidade não só é um gesto de respeito, como também aponta para outro tipo de compreensão, o da diversidade como riqueza. Se a diversidade for entendida como uma riqueza ela aponta para o fato de que diferentes formas de solução de problemas podem ser válidas; se for entendido que a pluralidade deve ser respeitada e até incentivada para que sempre novas opções possam surgir para um mesmo problema, então o potencial individual deve ser respeitado como tal. Isso significa que um modo de pensar não pode prevalecer sobre os outros e que não há uma única resposta que prepondere sobre as outras. Assim, é importante que a nossa construção de parâmetros pessoais e de autonomia, tão necessárias para a existência de cada um de nós, seja inserida em um determinado contexto geográfico, histórico e social, como nos mostra Piaget:

Em oposição ao egocentrismo inicial, o qual consiste em tomar o ponto de vista próprio como absoluto, por falta de poder perceber seu caráter particular, a personalidade consiste em tomar consciência desta relatividade da perspectiva individual e a colocá-la como em relação ao conjunto das outras perspectivas possíveis. A personalidade é, pois, uma coordenação

da individualidade com o universal (...) A personalidade não é o “eu” enquanto diferente dos outros “eus” e refratário à socialização, mas é o indivíduo se submetendo voluntariamente às normas da reciprocidade e da universalidade. Como tal, longe de estar à margem da sociedade, a personalidade constitui o produto mais refinado da socialização. Com efeito, é na medida em que o “eu” renuncia a si mesmo para inserir seu ponto de vista próprio entre os outros e se curvar assim às regras da reciprocidade que o indivíduo torna-se personalidade (PIAGET, 1977, p. 245)

Levando esses pensamentos para o projeto arquitetônico no campo patrimonial, é importante que compreendamos a relatividade e a diversidade das soluções possíveis o que pode chocar-se com certa rigidez que é atribuída ao trato do bem tombado, como se a ele se aplicasse uma única solução “científica” ou, se não uma única, pelo menos uma restrição severa baseada nos cânones que se aplicam ao restauro das obras de arte. Ora, proceder dessa maneira é desconhecer a autonomia da natureza do bem arquitetural em relação às outras formas de arte. A teoria da restauração brandiana², tentativa de criar procedimentos “universais” quanto ao restauro tem se mostrado cada vez mais incapaz de responder a problemas da arquitetura, posto que, como arte utilitária e sujeita a pressões culturais, sociais e econômicas, ela está sempre em transformação, internalizando em sua forma, essas pressões, diferentemente de um quadro, por exemplo, que permanece imutável (pelo menos em sua forma física, não em seus significados) frente a essas mudanças socioculturais.

Nesse sentido, a contribuição de Gadamer é uma importante referência teórica quanto à relatividade do pensamento, traço característico daquilo que ele chama de *consciência histórica*. Para Gadamer, o homem moderno tem o privilégio de “ter consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião (...) e ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico co-extensivo à vida que vivemos e seguimos vivendo” (GADAMER, 2003, p.17-18). Esse senso histórico permite ao homem moderno se entender na perspectiva do tempo e relativizar a sua opinião, dois pontos fundamentais para se exercer a abertura necessária à interpretação que fazemos hoje do bem histórico. Na atitude projetual, isto significa uma postura crítica quanto às intervenções no bem cultural, mais do

² Refiro-me ao italiano Cesare Brandi e sua “Teoria da Restauração” datada dos anos sessenta do século XX e que tem servido de base para as ações de intervenção e restauro na arquitetura e urbanismo e no seu exame por parte dos órgãos patrimoniais.

que cânones ou regras pré-estabelecidas. Não que a teoria brandiana não incorporasse a crítica, ao contrário é nesta que ela se baseava, mas a sua incorporação no cotidiano do arquiteto e a sua excessiva proximidade com as outras artes acabava por se exercer na prática, ou como um conjunto de procedimentos ou como autorização para intervenções descaracterizantes à guisa de “marca de nosso tempo”. Quanto a esse aspecto, lembramos que a crítica arquitetônica é autônoma e singular quanto à crítica de outras expressões artísticas como a escultura e a pintura.

A relatividade do homem quanto à sociedade e quanto à consciência histórica levam inevitavelmente à constatação de que nossas relações com outros seres e com o mundo deve se dar sob a égide do *respeito*, se apresentando, portanto como uma atitude crítica, mais do que como uma regra de procedimentos. Uma das faces mais visíveis do respeito, no que tange à questão da preservação, é exatamente o respeito à pré-existência. Com o passar dos anos, o homem aprendeu, a duras penas, que sua ação sobre o mundo e as coisas tinha seus limites éticos e até mesmo de sobrevivência. Ao mesmo tempo, ele recuperou o sabor pela terra, pela diversidade e pelo legado de tantas gerações. Aprendeu que a natureza não era fonte inesgotável de energia, que a injustiça social ameaçava os próprios grupos dominantes que se julgavam inatingíveis, que a memória era importante na construção de sua própria identidade, recuperando um pouco a linha de desenvolvimento histórico interrompida pela ruptura modernista. Aprendeu que era economicamente mais eficiente produzir em harmonia com o meio-ambiente e com o tempo, com fontes energéticas limpas e renováveis, reaproveitando estruturas pré-existentes, incorporando à sua riqueza, o resultado do trabalho das gerações que o precederam. Do ponto de vista ético, o homem aprendeu que sua manipulação sobre as coisas do mundo tem seus limites e que seus filhos têm o direito de receber um planeta e uma história ainda vivos e ainda saudáveis. Dois entendimentos importantes emergem, então, no cenário contemporâneo, nascidos da consciência ecológica e da valorização de monumento histórico: a transformação e a capacidade de absorver esta transformação.

Ao mesmo tempo em que temos que ter consciência da impermanência, de que vivemos em um mundo dinâmico e que muda a cada instante, temos que encarar com realismo que determinado meio físico tem capacidade limitada para absorver os

impactos dessas transformações. Há um limite até o qual ele pode resistir sem esgarçar a sua tessitura social, sem deteriorar seu corpo físico, sem matar sua história ou seu legado da natureza. Assim, a ação transformadora do homem é bem-vinda quando parceira da natureza e da história. É a marca da nossa geração no fluxo da vida, tão legítima quanto a das que nos antecederam, apenas deve ser feita com muita mais cautela, pois, se nunca tivemos tanto poder de destruição, também nunca tivemos tanta experiência acumulada e consciência das nossas atitudes. Isto significa que a nossa ação hoje não pode levar, por excesso de zelo, à negação de nossas contribuições individuais, do homem presente como agente da história. Eticamente também não pode o sujeito abdicar de sua participação na construção do mundo e na transformação da vida, a postura ética de respeito á alteridade e à pré-existência não pode levar à inação e nem criar obstáculo à contribuição que cada um *deve* ter com seu tempo e sua gente. É importante que se frise, então, que a postura ética pressupõe *a ação efetiva do sujeito na perspectiva da sociedade, mas sem deixar de ser sujeito*. No entanto, muitas vezes esta postura ou pende para o exagero da subjetividade, quando sua necessidade de expressão pessoal se torna mais importante que o bem sobre o qual ela é realizada ou tende para o lado da sujeição a regras que tornam sua obra aceitável, em uma atitude até certo ponto confortável porque não criticável ou pouco ousada.

Posto isso, percebemos que a questão ética se firma na relação entre dualidades, no estrito e difícil equilíbrio dialético, onde não se furtam a necessária presença do sujeito e a força histórico-cultural da realidade pré-existente e onde não se admite o esconder-se sob o manto de procedimentos convencionados ou convencionais. O ensino projetual nesse campo, portanto, não deve pender para a idolatria do objeto ou para o repasse de técnicas erroneamente chamadas de científicas.

O ARQUITETO E O BEM SOBRE O QUAL ATUA

Quando elegemos um bem como patrimônio cultural, muitas vezes a nossa atenção passa a se fixar exclusivamente nos atributos desse bem, fazendo-nos esquecer de *quem* o elegeu como tal. Esquecemo-nos de que, por trás do bem material, há todo um sistema de valores e pessoas que o legitimaram como tal. Ou seja, a “patrimonialidade” de um bem não é algo “automático” ou “natural”, mas depende de

quem o elege. Já em 1903, Riegl nos mostrava que, em face de toda essa relatividade, a questão do patrimônio se assentava sobre valores. E, nesse caso, como se mede o valor coletivo? A régua usada tem sido a força do Estado, o gosto das elites e, modernamente, a imposição da mídia ou do capital. A partir daí podemos depreender que *os valores não estão apenas no objeto, mas na compreensão que as sociedades fazem sobre ele*. Essa compreensão se sobrepõe, portanto àquela de que o objeto-patrimônio teria uma “verdade” imanente, a qual deveria ser preservada. Na realidade, não é o objeto que gera as identidades, apenas as simboliza, representa valores anteriormente gerados que se agregam em torno dele. Dessa discussão fica claro que o “ser” patrimônio não está no caráter imanente do objeto, mas sim em outra forma de relação que passa também pela pessoa, comunidade ou sociedade, portanto pelo sujeito, que lhe confere tal grau. E quem é esse sujeito? Também esse sujeito tem caráter mutante, dependendo do grupo social, do tempo histórico e dos valores que lhes são inerentes. É ético, portanto, dar voz a outras formas de manifestação que não sejam apenas os grupos dominantes, políticos, econômicos ou midiáticos. Essas constatações são importantes não apenas quanto à escolha dos bens do patrimônio, mas também quanto ao interesse específico que tratamos aqui, o das intervenções, pois, do mesmo modo que aos diferentes tipos de valor atribuídos aos monumentos, em função de diferentes momentos históricos e contextos correspondem também diferentes meios para sua preservação.

O ensino de projeto na área patrimonial tem muitas vezes desconsiderado esse aspecto da presença do sujeito no bem patrimonial, dedicando toda sua atenção aos atributos do bem a ser trabalhado e que são insuficientes, pelo exposto, para a realização efetiva de seu resgate para os tempos atuais. Ao se propor uma intervenção sobre o bem arquitetônico, as considerações sobre a presença da sociedade e a importância do bem para essa sociedade tornam-se fundamentais para sua reinserção no cotidiano da vida e tem desdobramentos óbvios quanto a aspectos programáticos e conceituais na concepção do projeto, tão importantes quanto a transformações em sua forma física, as quais, aliás, devem seguir essas diretrizes conceituais. Afinal não se trata do desenho pelo desenho, nem de uma recuperação neutra do objeto, posto que isso não seria possível, tratando-se,

quando assim se considera, de uma ingenuidade quanto à verdadeira responsabilidade profissional.

DIMENSÕES MATERIAL E IMATERIAL

Baseado nesta constatação da indissociabilidade entre matéria e sujeito há outra, correlata, que, a essa altura de nossa argumentação, já temos condição de fazer: a de que não há uma dimensão material desapegada da sua dimensão imaterial. A esse respeito, Jokilhto (JOKILEHTO, 2006) estabelece uma distinção entre o que é material, como sendo estático, e o imaterial, como sendo o que está sempre em transformação. Parece-nos, portanto, que não há como atuar no material sem atuar no imaterial e que, ao fazermos qualquer intervenção, estamos não só sujeitos ao espírito da nossa época, como também alteramos a leitura e o significado desse bem quando o devolvemos à população. Parece-nos, então, que a tarefa projetual não trata da adoção de um congelamento da matéria – ainda que a serviço de novas realidades – mas da preservação de um bem em transformação, onde a ação do arquiteto naquele momento se insere em uma corrente contínua, em plena consciência da gestão da transformação e não de uma perenidade imutável, aliás impossível.

O reconhecimento de que efetivamente existe uma transformação é importante, posto que nem o mundo físico e nem a realidade sociocultural que ensejaram o bem patrimonial a existir daquela maneira existem mais. É assim que, muitas vezes, a “conservação museológica” por amostragem e de exibição não funciona, pois isto equivaleria a fazer com que morresse aquilo que está vivo, que é o que acontece em muitos casos de intervenção em centros históricos que “expulsam” a população residente para manter apenas o valor cenográfico desses centros, com vistas a atender demandas econômicas e do capital. Uma preservação que privilegiasse sobre tudo a imagem e a matéria, ou seja, a dimensão material, poderia ter antes o efeito de retirar o bem da continuidade do tempo e, portanto, da vida. O equilíbrio entre as dimensões material e imaterial no processo de intervenção é, portanto, de importância basilar, pois, ao se supervalorizar a matéria/ imagem e tentar aproximá-la do nosso “gosto” atual pode-se estar utilizando a mesma estratégia de exposição de peças em um ambiente museográfico, onde se pretende que as peças expostas

se apresentem de maneira “palatável” ao nosso entendimento contemporâneo. Não é essa a “atualização” que se aplica ao bem patrimonial e não é assim que se dá sua presentificação. Atualizar não é fazer algo antigo “palatável” ao nosso gosto contemporâneo, mas significa antes inserir na continuidade significativa da vida. A primeira atitude, a de “adaptar o antigo ao gosto atual” ou “manter o ar antigo”, retira o bem da vida para reinseri-lo artificializado; a segunda atitude, a de mantê-lo no contínuo do cotidiano, inclui o bem. A primeira atitude reforça o “estranho” no esforço de torná-lo palatável e de aproximar, mas mantém a distinção, a separação; a segunda atitude integra mais o bem ao movimento cotidiano e, portanto, aproxima sem ser pelo contraste, mas pela naturalidade da inserção. Afinal, “não podemos tornar presente o que não é mais, pela simples vontade de rememoração. A atualização do que foi permanece acidental como a visão da morte.” (JEUDY, 2005, p. 51). O “atualizar” ao qual nos referimos na sua relação com a Arquitetura não é, portanto, *transpor* o tempo no sentido de “reviver” um contexto perdido ou passado, mas *integrar* ao tempo, no sentido de que seus significados acompanhem a sua passagem. A “atualização” programada, representada na Arquitetura pela preservação que congela a imagem equivale a estabelecer previamente o que deve ser transmitido às futuras gerações e retira dos bens o seu poder de interação significativa com a vida e as sociedades a que servem. É quando o patrimônio se liga com a vida e consegue realizar essa presença no cotidiano que ele mais se conserva. As “cartas” mais recentes falam sempre de “patrimônio imaterial” e de “conservação integrada” exatamente porque não há como desvincular as diferentes vertentes da realidade do processo de restauro. Ao reconhecermos a importância da *transformação* como elemento de preservação, nos remetemos à questão da *gestão da transformação*, para com que ela aconteça em sintonia e respeitosamente à pré-existência e não esvazie nem rompa a continuidade de seus significados.

EIXOS ESTRATÉGICOS PARA UM ENSINO DE PROJETO NO CAMPO PATRIMONIAL

Ao colocarmos todos os problemas dialéticos acima, a nossa expectativa é a de aprofundarmos nas questões de ensino-aprendizado para uma consequente solução

não superficial, mais adequada à imensa problemática que elas trazem consigo. Propomos, a seguir, algumas estratégias de abordagem, através de três eixos: o do reconhecimento das questões intersubjetivas além da objetividade da matéria, o da busca da sustentabilidade e o da pesquisa da natureza do objeto que vai sofrer a intervenção.

A natureza do fazer arquitetônico e a intersubjetividade

Em função das questões da relatividade colocadas anteriormente, podemos reconhecer a *intersubjetividade* como sendo de importância primordial para o estabelecimento de conceitos norteadores das intervenções além daqueles meramente tecnológicos (de que trata a disciplina “técnicas retrospectivas”) ou excessivamente centrados em uma suposta imanência do objeto, os quais tem resultado ou na sua própria desfiguração pela autorização a “liberdades” projetuais pouco críticas e muito “criativas” ou por uma rigidez conduzida por uma aceção de que a matéria existe por si só, sem a necessária presença do sujeito. É importante que apesar de díspares essas duas atitudes tem origem em um mesmo fundamento, o da arquitetura como prática desvinculada de uma realidade mais ampla, supostamente centrada nela própria, neste caso, a nosso ver, com uma compreensão deformada do que seja a ação arquitetural. No nosso entendimento, como já tivemos oportunidade de apontar anteriormente, a arquitetura é uma prática que visa a solução de problemas físico-espaciais do homem e da sociedade e, portanto, não pode se restringir apenas a questões de forma, conforto ambiental, solução de fluxos ou estabilidade das construções. Todas essas questões estão de fato relacionadas com contextos nos quais se inserem e com os quais a prática arquitetônica deve dialogar. Em tempos mais recentes, isto se confundiu com duas atitudes opostas, mas que motivadas pela mesma dificuldade de se compreender a arquitetura como campo de conhecimento. Uma primeira atitude se configurava como uma fuga excessiva do seu campo específico de saber para buscar nas ciências humanas, sociais, exatas ou ainda nas artes, supostos “complementos” necessários à arquitetura. Em contraposição, uma outra corrente “fechava” a arquitetura no seu desenho ou nas suas técnicas específicas apenas como resposta (sem diálogo) com os outros campos do conhecimento como uma suposta reação à interferência de temas não arquiteturais em seu fazer específico. O nosso

entendimento é que a natureza do fazer arquitetônico está exatamente na sua capacidade de traduzir e solucionar os problemas da sociedade em uma realidade físico-espacial e disso resulta a sua especialidade como campo de conhecimento e sua total distinção de outras ciências humanas ou sociais. É isso, inclusive, que a faz inserir-se no campo de ciências *aplicadas*, como bem a classifica nossa estrutura de pesquisa. Assim, ao projetarmos ou ensinarmos aos nossos alunos, devemos desenvolver nossas capacidades de tradução desses problemas em soluções que transformam o espaço.

No caso do patrimônio, a compreensão da abrangência do problema, além das meras considerações de ordem material ou de desenho torna-se fundamental. Pelo que depreendemos até agora, parece ter ficado claro que o “ser” patrimônio não está no caráter imanente do objeto, mas sim em outra forma de relação que passa também pela pessoa, comunidade ou sociedade, portanto pelo sujeito, que lhe confere tal grau. A análise da intersubjetividade nos faz reconhecer que é necessário fazer circular as informações e formar uma sociedade consciente, o que pressupõe um entendimento amplo da realidade e o compartilhamento de decisões, entendendo a “patrimonialidade” como um ato social, o que aponta para uma ética de intervenções baseada na negociação, equilíbrio, discussão, diálogo e consensos. Todas essas ações têm repercussão no projeto de intervenção sobre o bem e devem ser consideradas. Do ponto de vista acadêmico, devem ser tratadas como estratégias de ensino-aprendizagem.

Dessas estratégias podem surgir várias correntes, com visões diferentes, as quais defendem em graus também diferentes uma intervenção maior ou menor no objeto, mas que de uma forma ou de outra, estão profundamente condicionadas pelos valores de época, os quais, também por sua vez, não são homogêneos. Para Viñas, por exemplo, a preservação seria, na verdade, tanto mais “ética” quanto mais correspondesse ao horizonte de expectativa social. A discussão de *valores* acaba levando à inclusão do debate sobre a *função* do bem patrimonial, a qual além das funções psicológicas e sociais já mencionadas (proteção da identidade, herança, etc.), também leva ao resgate mesmo da sua utilidade como fator ético importante para servir à sociedade em que se insere o bem. De qualquer forma, os objetos de preservação

[...] também podem desenvolver funções de natureza muito variada, tangível ou não. Ele, constantemente, produz conflitos entre os sujeitos afetados por um processo de Restauração, porque potencializar uma função habitualmente limita ou condiciona outras. A importância de cada função variará para cada usuário; a decisão *eticamente* correta sobre que ações desenvolver não pode basear-se nas prioridades de um indivíduo como restaurador, como químico, como historiador da arte, como proprietário, como decisor, etc. Seria *eticamente* mais correto (mas também funcionalmente melhor) tentar melhorar o mais sincera e equilibradamente possível as eficácias que esse objeto tem para seus usuários, para cada pessoa, para quem desenvolve alguma função de algum tipo. Nestes casos, o critério de atuação tampouco pode variar muito com respeito ao que se viu antes: em teoria o ganho funcional tem que ser máximo. (VIÑAS, 2003, p. 159).

A sustentabilidade como estratégia de ensino-aprendizagem e instrumento projetual

Para que entendamos o alcance do conceito de *desenvolvimento sustentável*, torna-se importante recuperar o entendimento contemporâneo de *sustentabilidade ampliada*, compartilhado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente brasileiro, principalmente em dois pontos que lhe são essenciais: inicialmente, de que a recuperação do meio-ambiente não é um *estado*, mas um *processo* e, segundo, que ela só é possível através de um encontro entre as agendas ambiental e social. Sob este enfoque, temos também que a preservação só alcança êxito se legitimada pela sociedade e apoiada em instrumentos de inclusão social e econômica.

A aplicação desses conceitos na área do patrimônio cultural levou à construção de metodologias específicas de ação onde a sua manifestação mais evidente reside na *Conservação Urbana Integrada*. Este é um nome consagrado na Carta de Amsterdã (ou Declaração de Amsterdã), de 1975 e consiste no entendimento amplo de patrimônio cultural associado ao meio-ambiente, às necessidades sociais e gestão urbana.

A visão dos acordos internacionais (cartas) também tem sofrido a influência dos conceitos relacionados à ideia de sustentabilidade. A Carta de Burra, de 1980, por exemplo, substitui as tradicionais formas de preservação associadas a uma visão imobilista ligada à manutenção centrada exclusivamente no objeto e na imagem, à ideia de obra única ou obra de arte, por uma concepção mais flexível do bem patrimonial, considerando que o importante seria a manutenção das características

essenciais do bem, mesmo à custa da mudança de alguns de seus traços conformativos. Assim, tornam-se importante definir, nas intervenções urbanas, parâmetros referenciais para o estabelecimento dos limites de intervenção, tais como caráter histórico, historicidade, necessidades sociais e monumentos históricos de importância simbólica. Para o entendimento dessa extensão do conceito, podemos investigá-lo a partir da aplicação da sustentabilidade nos âmbitos da história e da cultura.

Na verdade, cabe entender aqui que o que efetivamente se discute é a *gestão da mudança e seus limites aceitáveis para a manutenção do caráter*. Se a nossa escolha sobre o que conservar for demasiado aberta que atrapalhe a leitura histórica das futuras gerações corremos o risco de empobrecer sua memória e qualidade de vida. Se, por outro lado, formos demasiado conservadores, corremos o risco de “congelar” a vida do lugar, negando a sua integração à vida presente.

Para resolver este dilema, parece-nos fundamental trabalhar com alguns parâmetros, conforme aqueles desenvolvidos pela agência inglesa de preservação do patrimônio (ENGLISH HERITAGE, 1997, p. 3):

- Desenvolver um forte entendimento do ambiente histórico e promover ampla conscientização de seu papel na vida moderna;
- Trabalhar com uma visão de longo prazo;
- Perceber o ambiente como um todo;
- Alcançar amplo envolvimento público na tomada de decisões sobre o ambiente e as necessidades sociais;
- Decidir quais elementos do ambiente devem ser conservados a todo custo (“componentes críticos”), quais são sujeitos a transformações limitadas relativos ao caráter geral do ambiente a ser preservado (“componentes de constância”) e quais são adequados à mudança em troca de outros benefícios (“componentes negociáveis”);
- Manter as atividades em níveis que não criem danos irreversíveis ao ambiente;

- Garantir que as decisões sobre o ambiente histórico sejam feitas através da melhor informação possível.

Quando se trata de sítios históricos e da sua continuidade no tempo, incorporando transformações sustentáveis, temos, portanto, de ter clara qual é a capacidade do ambiente de absorver ou acomodar impactos e mudanças sem alterações profundas ou danos inaceitáveis. Toda essa abordagem, é claro, modifica ou influencia a pedagogia do ensino de projeto neste campo específico e tem rebatimentos claros em métodos didáticos a ele apropriados.

A natureza do bem patrimonial edificado

Quando dissemos que a intervenção no bem cultural deve contribuir para recuperar sua potência, isto significa disponibilizar o bem para a sua fruição atual. Nesse momento, temos que prepará-lo para tanto, preparação essa que se dá em função de sua natureza. Os documentos, por exemplo, têm que ser pesquisados e, para serem legíveis, muitas vezes precisam passar por um processo de restauração. Pinturas ou esculturas, as imagens, como outro exemplo, precisam sofrer intervenções para que se interrompa seu processo de degradação ou mesmo reconstituídas para que se tornem legíveis e melhor possam ser compreendidas pelas populações. Os objetos arquitetônicos, por seu turno e na maioria das vezes, precisam ser adaptados a novos usos para que possam continuar a servir ao homem nos tempos atuais, correspondendo à natureza da arquitetura como uma arte utilitária, estritamente vinculada ao uso.

Para que possamos, portanto, realizar essa tarefa de maneira séria, torna-se necessário acercarmo-nos do bem sobre o qual será realizada a intervenção de maneira múltipla e profunda. Ou como diz Beatriz Kühl:

Camilo Boito já alertava, há mais de um século, que para “*bem restaurar é necessário amar e entender o monumento*”. A preservação deve ser conseqüência e esforços multidisciplinares que envolvem acurada pesquisa histórico-documental, iconográfica e bibliográfica, sensíveis estudos antropológicos e sociológicos, pormenorizado levantamento métrico-arquitetônico e fotográfico do(s) edifícios (ou empregar as modernas

técnicas de laser-scan em três dimensões), exame de suas técnicas construtivas e dos materiais, de sua estrutura, de suas patologias, e análise tipológica e formal. Fatores esse que levam ao entendimento das várias fases por que passou a obra no decorrer do tempo e de sua configuração e problemas atuais. A restauração e a conservação devem calçar-se em muitos campos disciplinares distintos “cada um com a devida autonomia, que é algo diverso de isolamento”, tais como engenharia química, física, biologia, arquitetura, e depende sobremaneira da história, podendo, por sua vez, através desses estudos conscienciosos dos bens, fornecer importantes dados para esclarecimentos historiográficos. Envolvem, pois, vários campos disciplinares, que devem trabalhar de forma integrada. O conhecimento aprofundado deveria conduzir à compreensão e, por conseguinte, ao respeito pela(s) obra(s), requisito essencial quando se trata de bens culturais, que leva a posturas verdadeiramente conservativas. Pois intervir num bem de interesse cultural, que é um documento histórico e possui papel memorial é ato de extrema responsabilidade, pois se trata, sempre, de documentos únicos e não reproduzíveis. Essa percepção deveria levar a conscientização, pelo fato de qualquer intervenção, de modo forçoso, alterar o bem, de que uma mudança não controlada leva a perdas irreparáveis, lembrando-se que os organismos históricos são muito delicados. É preciso, portanto, projetar considerando ao mesmo tempo os condicionantes de partido históricos, formais e materiais, pois a restauração deve preservar e facilitar a leitura dos aspectos estéticos e históricos do monumento, sem prejudicar o seu valor como documento e sem eliminar de forma indistinta as marcas da passagem do tempo na obra. (KÜHL, 2005, p. 32-33)

Quanto à questão da natureza do bem arquitetural, convém lembrar alguns aspectos que já foram motivos de outro artigo publicado anteriormente no próprio evento do PROJETAR, quando discutíamos a questão restauro em arquitetura como um problema arquitetural (nesse caso, entendendo arquitetura de forma ampla como anteriormente estabelecido neste artigo).

Naquele momento, mostrávamos um entendimento da especificidade da arquitetura como sendo um espaço articulado para o “habitar” (aqui entendido de modo amplo, nas suas vertentes simbólicas e funcionais): dissemos que a Arquitetura nasce para o homem como uma necessidade funcional e espiritual (que também é o tema de “*Construir, Habitar, Pensar*” de Heidegger) e que os espaços criados pelo homem têm significado próprio e, para serem experienciados, necessitam de serem articulados. Arquitetura seria, portanto, o espaço preenchido e articulado, percebido como lugar. É assim que a Arquitetura materializa um domínio ético (LANGER) e incorpora um espaço existencial (NORBERG-SCHULZ), materializa as instituições e dá corpo ao incomensurável (KAHN), o fazendo em um determinado local e criando uma ligação indelével entre instituição e lugar. Como obra de arte, portanto, a Arquitetura “institui um mundo”, cria uma ordem espacial onde a vida acontece.

Portanto condensa significados a partir de sua coisicidade e de sua fisicidade (sua materialidade e lugar). Em resumo, a Arquitetura:

- Possui um triplo caráter revelado pela tríade vitruviana;
- Institui um “lugar” dentro do mundo real, humano e de um contexto físico concreto;
- Por sua espacialidade cria uma interioridade sinestésica;
- Condensação seus significados de forma própria decorrente dessas três particularidades acima.

Considerávamos, ainda, quanto à essa especificidade que, se entendermos a função básica do restauro como sendo a recuperação da *integridade* da obra, à qual “*nada se pode acrescentar retirar ou alterar sem torna-la pior*” (Alberti), teremos graves problemas metodológicos no processo de restauro, especialmente se entendermos por integridade estética, a recuperação da imagem e por integridade histórica, o congelamento da matéria. É impossível ao fato arquitetônico se comportar como uma forma fechada, levando ao fato inexorável de que os princípios teóricos e metodológicos do restauro arquitetônico devem se basear no fato de *que ele é realizado sobre uma obra de arte em transformação, dentro da relatividade diferenciação de valores das culturas*.

O Restauro do bem arquitetônico não se restringe apenas à imagem e à matéria, mas também a dois eixos fundamentais: à *dimensão imaterial articulada pela matéria* e às *dimensões específicas do fenômeno arquitetural*. Quanto a essas dimensões temos:

- O *uso*, o qual não se restringe apenas aos aspectos funcionais, pois a arquitetura conforma uma poética e uma expressão simbólica ao uso, ao *propiciar a vida*;
- O *espaço*, o qual não é percebido como um “nada”, mas, ao contrário, *articula o movimento e a vida*, possui uma ordem e uma linguagem próprias e particulares;

- O *lugar*, o qual diferencia o *continuum* espacial e que situa geograficamente a instituição, está sempre inserido em um contexto (o qual propicia relações específicas e irrepetíveis). Ou seja, a arquitetura, se dá em um lugar, ela institui um lugar e, com a mudança dos tempos e dos fruidores, esse lugar é sempre outro;
- A *tríade vitruviana*, onde “restauro” deve incidir de forma ampla: seja no uso (*utilitas*), nos materiais e na sua técnica construtiva (*firmitas*) ou na sua plástica/simbologia (*venustas*). Como a arquitetura é a síntese dos três, também não há como intervir em uma dimensão apenas sem interferir nas outras. O restauro tradicional, imiscuído com o restauro de outras formas de expressão artística, tem o seu alcance reduzido quando se refere à arquitetura porque atua fundamentalmente na *venustas* e mesmo aí de maneira reduzida, pois despreza as dimensões da topologia e da tipologia para se concentrar apenas na morfologia e, mesmo nela, de forma idealista, centrada na imagem. Quando se refere à *firmitas*, o restauro tradicional também se restringe à matéria considerada histórica e não em toda a dimensão que ela tem para o fenômeno da manifestação arquitetural.

CONCLUSÃO

Pelo exposto esperamos ter mostrado que o ensino de projeto em contextos culturais notáveis, especialmente o da intervenção em bens patrimoniais passa por questões que ultrapassam largamente a mera informação contida nas disciplinas de técnicas retrospectivas e envolvem o próprio conceito de arquitetura como campo de conhecimento. As possibilidades interventivas são, portanto, temas de bastante complexidade até porque não se apresentam sob uma forma única, mas apresenta variações com as diferentes culturas ou os diferentes pactos sociais ou ainda com a própria bagagem pessoal do profissional que propõe a intervenção, não podendo este se esconder sob uma suposta neutralidade científica ou prescindir de uma sólida formação crítica. Na sua base estão o saber técnico disponibilizado para a busca de pactos sociais com relação ao patrimônio, na capacidade de inserção cognitiva da técnica e do técnico numa perspectiva mental mais ampla que não a

sua própria e nem a do próprio objeto e na capacidade crítica de discernimento sobre as pressões que motivam as transformações. Assim, também a hermenêutica de Gadamer valida a ação do indivíduo com relação às regras gerais. A consciência ética se contrapõe a um idealismo genérico para se concentrar no caso particular em correlação com o sentido mais geral. Assim, não existem ações “justas” ou mais tecnicamente “corretas” em si, mas relativamente à situação contextual em que nos encontramos. Desta forma, o saber crítico condiciona o saber técnico à deliberação e reflexão e o saber geral é, portanto, condicionado pelo caso particular, pois não há como “isolar” o problema de seus envolventes culturais, sociais, políticos, econômicos, etc. – portanto *contextuais* – e nem em uma redoma exclusiva de uma cartilha de procedimentos tecnológicos.

Em se tratando de um processo de ensino-aprendizado tudo isso não poderia ser diferente, afinal não estamos repassando conhecimentos, mas formando profissionais com senso de cidadania para atuar na solução dos problemas físico-espaciais de nossa sociedade, com toda a complexidade que a realidade se nos apresenta.

REFERÊNCIAS:

CARSALADE, Flavio de Lemos. Patrimônio como construção cultural. In: SEMINÁRIO ARQUITETURA MODERNA-CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, 2009, Recife. Anais...Recife, p.1-5, abr. 2009.

_____. Os limites da intervenção arquitetural no patrimônio: menos amarras e mais liberdade no ensino. In: ZEIN, Ruth Verde (org.). Anais do IV PROJETER 2009. São Paulo: Alter Markt, 2009. Disco Rígido.

_____. A ética das intervenções. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel e ASKAR, Jorge Abdo. Mestres e Conselheiros, Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS 2009. P. 76 a 90.

_____. A preservação do patrimônio como construção cultural, Vitruvius, Arqtextos, 139.03 ano 12, dez 2011, ISSN 1809-6298

_____. “Restauro em Arquitetura: um problema arquitetural” In III PROJETER (Porto Alegre, 24 – 27/10/07)

ENGLISH HERITAGE. Sustaining the Historic Environment: New Perspectives on the Future: An English Heritage Discussion Document. London: English Heritage, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

_____. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 2004.

JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOKILEHTO, Jukka. *Considerations on authenticity and integrity in world heritage context*. City & Time 2 (1). < Disponível em URL: <http://www.ct.ceci-br.org>>

_____. Management of Sustainable Change in Historic Urban Áreas. In: ZANCHETI, Silvio Mendes (Org.). *Conservation and Urban Sustainable Development: a Theoretical Framework*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 61-68.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In: *Revista CPC*, v. 1. N.1. São Paulo: CPC, 2005.

LANGER, Susanne. *Sentimento e Forma*. São Paulo: Perspectiva, 1980. 439 p.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Louis I Khan: idea y imagen*. Madrid: Xarait Ediciones, 1981. 133 p.

PIAGET, Jean. *Études Sociologiques*. Paris: Droz, 1977.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la Restauración*. Madrid: Síntesis, 2003.